



HAL
open science

Evolução da agricultura familiar amazônica. Estudo de caso em duas comunidades de Juína, Mato Grosso

Nicolas Godard, Marion Daugeard, Vincent Dubreuil

► **To cite this version:**

Nicolas Godard, Marion Daugeard, Vincent Dubreuil. Evolução da agricultura familiar amazônica. Estudo de caso em duas comunidades de Juína, Mato Grosso. François-Michel Le Tourneau; Otávio do Canto. *Amazônias Brasileiras. Situações locais e evoluções. Projeto Duramaz (2007-2015)*, 141-164, 2019, 978-85-88998-73-5. halshs-02336944

HAL Id: halshs-02336944

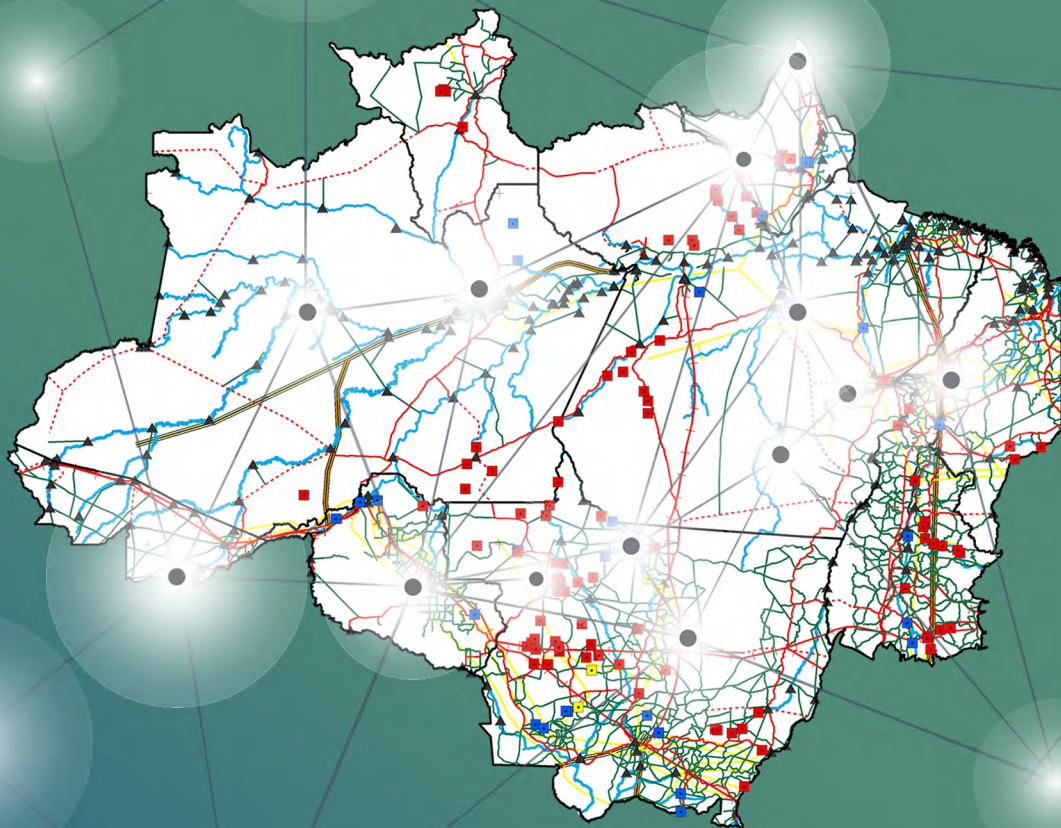
<https://shs.hal.science/halshs-02336944v1>

Submitted on 12 Nov 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Organização
François-Michel Le Tourneau
Otávio do Canto



AMAZÔNIAS BRASILEIRAS

Situações locais e evoluções

VOLUME

1

EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR AMAZÔNICA: UM ESTUDO DE CASO EM DUAS COMUNIDADES DE JUÍNA, MATO GROSSO

N. Godard
M. Daugeard
V. Dubreuil

A escolha de Juína como campo de pesquisa pelo projeto DURAMAZ 1 está relacionada à implantação do Proambiente nessa localidade. As discussões sobre o programa iniciaram no ano de 2001 e, a partir de 2003, a Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua (AJOPAM) assume a sua execução, produzindo os primeiros diagnósticos socioambientais (2004), disponibilizando pagamentos por serviços ambientais e fornecendo assistência técnica aos produtores rurais. O Proambiente incluía na época 11 polos de desenvolvimento, cada um composto por cerca de 350 famílias (HALL, 2008b). Tinha como objetivo, conforme o caso, a redução do desmatamento na Amazônia, o sequestro de carbono, a recuperação dos serviços de água, a conservação do solo e a preservação da biodiversidade (HALL, 2008a). Em Juína, dois serviços ambientais foram particularmente objetivados: a manutenção da cobertura florestal (pagamento por desmatamento evitado) e o desenvolvimento de sistemas agroflorestais.

Durante as investigações da primeira fase do DURAMAZ, tentou-se compreender as implicações desse programa em um território ainda fortemente marcado pelo desmatamento. As pesquisas concentraram-se então nas famílias participantes do Proambiente. Evidenciaram a precariedade de acesso ao mercado, além de apontarem as dificuldades da AJOPAM em apoiar iniciativas locais por meio do desenvolvimento de sistemas agroflorestais (DELAHAYE et al., 2009).

Sete anos depois, o DURAMAZ 2 aborda as mudanças da agricultura familiar no contexto da chegada da produção mecanizada de grãos no município e procura compreender como ela mantém suas raízes em Juína. Nosso foco é na periferia da cidade que, no planejamento inicial do município, deveria ser o "jardim" de Juína, desenvolvendo a horticultura e culturas perenes como o café, o cacau, etc. Além disso, trata-se também de entender o que está subjacente ao discurso de enfraquecimento da agricultura familiar, em particular através da compreensão do olhar dos agricultores sobre a sustentabilidade na sua própria atividade, entendendo nesse espaço de aparente coerência (localização e tamanho dos lotes semelhantes) as tendências gerais que se destacam.

Apresentação da localidade de estudo e metodologia

Conforme dados do IBGE Juína possuía 39.255 habitantes em 2010, concentrando 85% dos habitantes na cidade, resultando uma baixa densidade demográfica na área rural (1.5 hab/km²) ligada à presença de terras indígenas¹. O município é polo da região noroeste de Mato Grosso e concentra os serviços públicos (secretarias, hospitais, etc.) da região.

A economia de Juína é fortemente orientada para o gado, com 621.182 cabeças (IBGE, 2012). O município possui dois frigoríficos, sendo um deles do Grupo JBS (multinacional sediada em São Paulo). O rebanho bovino aumentou cerca de 100.000 cabeças, entre 2004 e 2012. Em paralelo, e provavelmente como resultado desse aumento, o setor primário continua a ganhar peso no PIB de Juína: teria passado de 22% em 2004 para 30% em 2012 (calculado a partir de dados do IBGE).

No entanto, a aventura agrícola do município começou nos anos 1980 com o milho, o arroz e o café. Em 1985-1986, havia entre 12 e 14 milhões pés de café no município, segundo um pioneiro da colonização: "Juína era

¹ Representam 60% do município de Juína.

conhecida pelo café: era um negócio rentável”². Um saco de 60 quilogramas era vendido a R\$ 8,5/kg. No início dos anos 2000, o preço havia caído para R\$ 0,45/kg. A colheita de 1985-1986 teria totalizado cerca de 1,2 milhões de sacos de 60 quilogramas de arroz, milho e feijão³.

▪ Alguns elementos de história

A colonização de Juína começa com a construção da AR-1 (hoje MT-174) estrada que liga Vilhena (Rondônia) a Aripuanã (Mato Grosso), atravessando uma região chamada “Terra Esquecida”, em razão do seu difícil acesso (NÉDÉLEC et al, 2005). O projeto Juína, formalizado em 1976, foi implantado pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). A extensão inicial do projeto era de 411.000 hectares na região à montante do rio Aripuanã e Juína-Mirim, entre os quilômetros 180 e 280 da AR-1. O projeto foi aprovado em 1978 pelo INCRA e o engenheiro Hilton Campos, que participou ativamente do processo de colonização, foi designado primeiro prefeito.

² IORIS, 2009.

³ *Ibid*, p. 56.

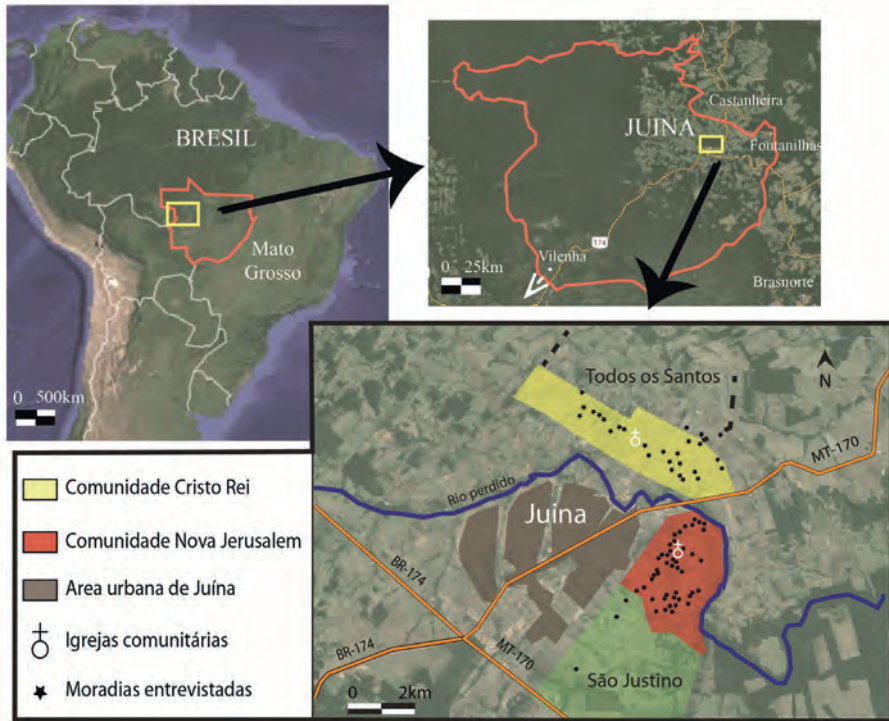


Figura 1: Mapa de localização das comunidades pesquisadas (Juína, MT).
Fonte: Realização: N. Godard, base Google Earth.

A CODEMAT vendeu os lotes seguindo um planejamento esquemático de círculos concêntricos. As chácaras de 12 hectares formavam um cinturão em torno da cidade composto por culturas anuais e perenes cuja função era abastecer em produtos o espaço urbano (IORIS, 2009). O segundo cinturão concentrava os sítios, também de tamanho variável, de 25 a 100 hectares, destinados às culturas anuais e ao gado, e no último cinturão devia encontrar-se fazendas de mais de 100 hectares. Esse esquema é ainda visível hoje (Figura 2), mesmo que tenha variado o tamanho dos lotes. Como exemplo, atualmente os do primeiro cinturão variam entre dois e 25 hectares.

Na época do seu lançamento, o projeto foi promovido nos estados do sul do Brasil, devido aos colonos terem majoritariamente a sua origem nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (LE TOURNEAU; DROULERS, 2010; DELAHAYE et al., 2009). Em 1980, a cooperativa COOPERJUÍNA foi criada para reduzir os intermediários entre o governo (que comprava as produções) e os produtores, mas a crise do café e a inflação no início dos anos 1990 levaram muitos agricultores a abandonar suas atividades (garimpo de ouro e de pedras preciosas). Sem oportunidades para venderem os seus produtos, os agricultores familiares começaram então a criar gado. Juína parece seguir uma tendência geral (Tabela 1) pois, segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar ocupa a maior parte dos estabelecimentos rurais, porém uma área mínima: em Juína, 85,4% dos estabelecimentos são ocupados por agricultores rurais e totalizam 9,6% da área total de estabelecimentos do município.

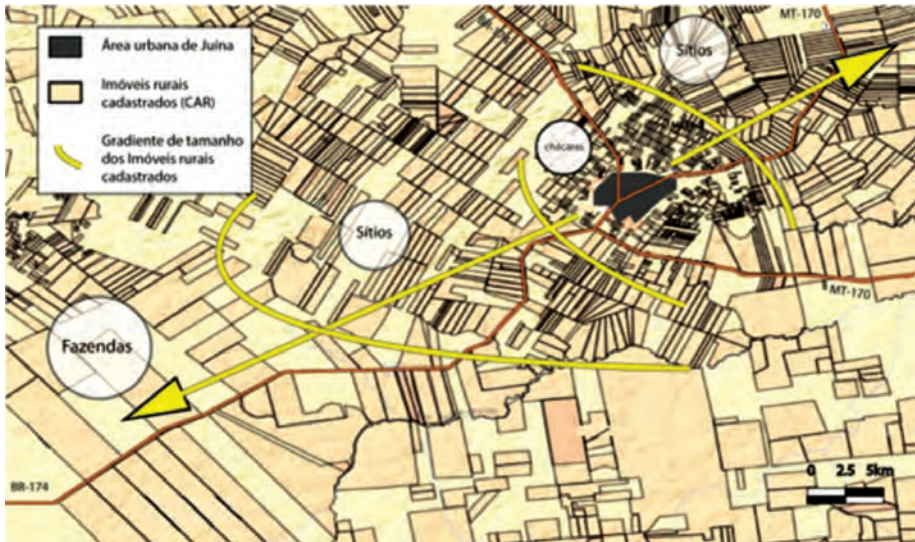


Figura 2: Tamanho crescente dos imóveis rurais em função da distância à cidade.

Fonte: Áreas cadastradas no município de Juína (SEMA - MT).

ESCALAS CONSIDERADAS	AGRICULTURA FAMILIAR		AGRICULTURA NÃO FAMILIAR		RELAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR/NÃO FAMILIAR (EM %)	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
Mato Grosso (UF)	86.167	4.884.212	26.811	42.921.302	76,3	0,2
Norte Mato-grossense (Mesoregião)	42.464	2.550.530	11.171	19.750.299	79,2	1,44
Aripuanã (Microregião)	10.039	632.842	1.395	3.415.862	87,8	5,6
Juína (Município)	1.623	107.963	365	527.521	85,4	9,6

Tabela 1: Tamanho e número de estabelecimentos rurais no município de Juína.
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

O perfil da agricultura mudou significativamente desde o início da colonização, apesar da expansão recentemente observada do espaço ocupado pelo café, segundo o IBGE (crescimento médio de 20%, entre 2007 e 2013, notável no distrito de Terra Roxa⁴). Este produto tornou-se quase insignificante para o município se comparado com a produção dos anos 1980: a quantidade produzida é relativamente baixa (420 toneladas em 2013). A produção rural de Juína é hoje majoritariamente orientada para a exportação de carne bovina. No entanto, o município conheceu recentemente outra novidade: a entrada da soja mecanizada (em 2013 foram produzidas 2.080 toneladas em 800 hectares). Além disso, uma série de projetos de exploração mineral está ainda em curso e diversos outros estão em fase de planejamento. O passado da mineração de Juína iria em breve conhecer um novo ciclo: o atual prefeito, ex-negociante de minério, transformou recentemente a imagem do logotipo da cidade, integrando um diamante sobre o “i” de “Juína”.

⁴ O distrito de Terra Roxa está localizado a cerca de 60 quilômetros a oeste de Juína. Chamado de celeiro agrícola, é conhecido pelo seu solo fértil e a produção de café, milho e feijão. A equipe não teve a oportunidade de conhecer.

▪ Principais resultados (DURAMAZ 1) e nova abordagem (DURAMAZ 2)

As entrevistas realizadas durante o DURAMAZ 1 tiveram foco nas famílias participantes do Proambiente e da AJOPAM: 119 moradias foram entrevistadas em cerca de 20 comunidades, algumas delas situadas a mais de 60 km de Juína. Os resultados revelaram uma agricultura familiar cujo acesso ao mercado era precário e que procurava melhorar suas condições de vida. Como exemplo, os resultados mostraram que, apesar de condições não muito favoráveis, 47,1% das moradias ganhava, pelo menos, dois salários mínimos e que 20% dos entrevistados tinham um carro (MUNHOZ, 2011). O DURAMAZ 1 também evidenciou as dificuldades da AJOPAM em se envolver nas atividades locais através do plantio de SAFs. O programa foi abandonado logo após a primeira pesquisa, por isso a segunda fase do DURAMAZ objetivou seu foco na agricultura familiar juinense no contexto periurbano (primeiro círculo concêntrico).

Duas comunidades foram identificadas: a comunidade Cristo Rei e a comunidade Nova Jerusalém (Figura 1). Nota-se que alguns dos entrevistados não são (ou não são mais) agricultores, o que já demonstra um viés original desta pesquisa: retratar os chacareiros com o objetivo de compreender o estado da agricultura familiar nessas comunidades, suas evoluções e suas diferentes facetas. De fato, as primeiras entrevistas com os atores institucionais têm entregue mensagens contraditórias entre uma agricultura familiar juinense “enfraquecida” (mensagem dominante) e uma “agricultura familiar forte” (zona de Terra Roxa), que nos pareceu importante e interessante explorar.

▪ Metodologia e trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado em abril e maio de 2015. A equipe de campo contou com o apoio de um funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio ambiente (SAMMA), no momento da pesquisa, e um técnico responsável pelas atividades da AJOPAM.

Foram entrevistados, sem pré-agendamento, 74 chefes de família com o questionário Moradia, sendo 41 na comunidade Nova Jerusalém, cinco na

comunidade São Justino, 27 na comunidade Cristo Rei e um na comunidade São Brás (ao norte da comunidade Cristo Rei). O questionário Indivíduo foi aplicado a 82 pessoas, sendo 74 que responderam ao questionário Moradia, mais outros oito membros das casas visitadas durante as entrevistas.

Dos entrevistados (questionário Moradia), 56% são homens chefes de família, 40% são mulheres chefes de família e a idade média amostral é de 53 anos. Parte dos entrevistados são colonos de primeira geração ou filhos desses colonos que cresceram nas chácaras. Dos entrevistados, um quarto instalou-se há mais de 20 anos nas comunidades, 40% nos últimos 10 e 20 anos e os demais há menos de cinco anos.

Diversificação da agricultura familiar

- Diversificar as culturas: opções propostas pela AJOPAM

O DURAMAZ 1 destacou as dificuldades do Proambiente. Segundo as entrevistas, o programa teria acabado por causa dos custos operacionais: a AJOPAM contratou cinco funcionários para desenvolver suas atividades, entre as quais o apoio à implantação de novas culturas e também o planejamento de uso do solo para cada uma das propriedades atendidas. Na prática, poucos pagamentos por serviços ambientais previstos no projeto original foram entregues, resultando na “desmotivação” dos agricultores envolvidos no programa. Além disso, algumas pessoas mencionaram desvios. Isso explica em partes a desconfiança dos produtores no que tange à falta de transparência da gestão do programa, já levantada durante as entrevistas da primeira fase do DURAMAZ. No âmbito da missão de 2015, 11 participantes do Proambiente foram entrevistados novamente e evidenciaram os pontos seguintes:

✓ O abandono do Proambiente gerou uma grande decepção em razão de um início promissor, onde foram realizadas reuniões de informação e consulta aos agricultores. Por fim, depois de muito trabalho, essa dinâmica não se enraizou por falta de uma cultura associativa e cooperativa nas comunidades estudadas (com exceção da igreja);

✓ As entrevistas mostram também que, apesar de tudo, vários (a maior parte) dos agricultores se consideram “sensíveis” e “sensibilizados” com os

problemas ambientais (em particular sobre produtos químicos e manutenção de APPs)⁵, e atribuem essa mudança à implantação do programa (– NB: Todos os agricultores da comunidade Cristo Rei entrevistados se cadastraram na base do CAR)⁶;

✓ Os entrevistados enfatizam que, apesar do programa ter sido fechado, as atividades atuais não iam permanecer sem o papel do atual administrador que, através da sua liderança, apoiou a criação da Cooperativa Juinense da Agricultura Familiar Agroecológica (COOPERJUAFA) e da Agroindústria de Palmito de Pupunha de Juína. De fato, realiza praticamente sozinho a gestão de vendas, o suporte técnico aos agricultores para implantação dos SAFs, a formulação de projetos e resposta a editais, além do seu próprio serviço na SAMMA.

A AJOPAM ampliou as suas atividades para além da assistência para implementação de SAFs produtivos e se orientou nos últimos anos para a comercialização. Apoiou o projeto da COOPERJUAFA que, em 2014, já estava comercializando palmito e sementes de pupunha de 58 produtores de todo o município. A agroindústria de palmito gerava em 2015 sete empregos diretos (funcionários e diaristas) para processá-lo. Em 2014, arrecadou-se R\$ 230.000,00 com a venda dos palmitos, sendo R\$ 70.000,00 só no primeiro trimestre de 2015⁷. No mês de janeiro, a venda de sementes de pupunha gerou cerca de R\$ 12.000,00.

A fábrica realiza doravante o acondicionamento dos palmitos nos vidros, uma atividade que ainda precisa tornar-se viável, uma vez que os vidros são pesados e caros, e a capacidade de produção demasiada pequena para atender a demanda. O desafio da Cooperativa é a comercialização da produção dos associados. Ela conta com 175 clientes em todo o Estado de Mato Grosso. Uma parceria foi assinada em 2015 com a empresa Rainha da Floresta, a

⁵ Correspondem às beiras de rio.

⁶ O CAR é um registro eletrônico criado pela Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, obrigatório para todas as propriedades rurais do Brasil, cujo objetivo é a adequação ambiental da propriedade.

⁷ Segundo a administração da Cooperativa, em abril de 2015.

fim de reduzir o custo do frete dentro do Mato Grosso. A Cooperativa ainda não vende para fora do Estado, porém sua administração não descarta a possibilidade de expandir o mercado.

▪ Opções de diversificação direcionadas: o leite e a piscicultura

A SAMMA desenvolve projetos para a agricultura familiar através de financiamentos, subvenções ou apoio direto aos agricultores. São orientados em especial para o desenvolvimento e a supervisão da cadeia do leite e da piscicultura.

- O fortalecimento da cadeia produtiva do leite

A maior parte da produção de leite local é vendida para o laticínio Casterleite⁸, que paga⁹ ao produtor R\$ 0,67 por litro. Para se ter uma ideia, é preciso vender 1000 litros de leite por mês para atingir uma renda de R\$ 670,00, ou seja, menos de um salário mínimo. Mesmo assim, essa atividade desenvolveu-se, na medida em que oferece um salário (ainda fraco) regular e ajuda a gerar uma economia (com a venda eventual de bezerros), além de se beneficiar de um *status* social positivo.

No intuito de limitar o monopólio da Casterleite e “fixar o agricultor no campo”¹⁰, a Prefeitura de Juína projetou apoiar a Cooperativa dos Produtores Rurais para Ajuda Mútua (COOPROPAM)¹¹ para a criação de um laticínio que se materializou em março de 2015. A Cooperativa compra o leite a R\$ 0,70/l e, de acordo com o seu administrador, esse preço não poderá exceder os R\$ 0,75/l dentro de um futuro próximo. Por isso, é comum ouvir de agricultores que o único futuro viável para a agricultura familiar é apostar na venda direta

⁸ O laticínio situa-se em Castanheira, município vizinho. Entre 14 laticínios no estado de Mato Grosso, dois se encontram na região noroeste - Nova Monte Verde e Castanheira - informação obtida em entrevista ocorrida na sede do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA) em 2015.

⁹ Em abril de 2015.

¹⁰ Secretário da SAMMA (abril de 2015).

¹¹ A Cooperativa já existia.

de leite. Porém, os 36 produtores de leite da Cooperativa projetavam iniciar a produção de queijo e iogurte em agosto de 2015.

De forma geral, a cadeia do leite padece do preço baixo e da falta de produtividade. Entre 22 famílias entrevistadas que possuem a produção do leite, apenas duas utilizam sistema de rotação de pastagem para melhorar a produtividade e preservar as pastagens. Por isso, a SAMMA implantou o projeto Mais Genética Mais Leite, um serviço de inseminação artificial para o rebanho bovino, com o objetivo de melhorar a produção de leite através da melhoria genética, porém essa medida parece incompleta frente à desmotivação dos produtores: falta de rentabilidade, falta de condição de armazenamento, envolvimento diário, etc. Além disso, a SAMMA promove práticas de piqueteamento e Boas Práticas Agropecuárias (BPAs) no âmbito do Programa Balde Cheio¹², implantado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que realiza o acompanhamento reprodutivo e dos piquetes.

- O desenvolvimento da piscicultura

Em resposta às dificuldades mencionadas acima, cada vez mais agricultores dirigem-se para a piscicultura. Sendo alta a demanda dos agricultores, diversos atores, entre eles a SAMMA, começaram a apoiar a construção de tanques para criação de peixes, propondo assistência técnica e uma retroescavadeira para cavar os tanques (o serviço é cobrado). Se por um lado a demanda é alta, por outro se observa que os agricultores muitas vezes redirecionam sua atividade por razões econômicas, e têm pouca competência nessa área. Isso foi apontado por um técnico da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER): “Peixe não é gado, precisa manejar [...], às vezes fazem um buraco sem saber nada de piscicultura”. Finalmente, percebe-se que a Secretaria precisa controlar melhor esta atividade para evitar a propagação de doenças e fazer cumprir certas normas de higiene.

¹² Metodologia da Embrapa, implementado pelo Sebrae. Visa promover o desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira via transferência de tecnologia, capacitação de pequenos e médios produtores rurais.

A ampliação da piscicultura e a conversão de agricultores para essa atividade na região de Juína é uma tendência observada em outros municípios de regiões de frente pioneira e pós-pioneira do Mato Grosso. Em 2011, o estado passou a ser o terceiro produtor nacional de peixes de água doce e sua produção atingiu 49.000 toneladas (FAMATO, 2014). Entre os peixes mais presentes estão o tambacu, o tambatinga, o piraputanga e o matrinxã.

Essas três opções de diversificação mostram pontos relevantes: a falta de produtividade, o preço baixo de venda, a falta de mercado e a falta de técnica. Por exemplo, a EMPAER oferece assistência técnica para os pequenos agricultores, como por exemplo, a gestão das demandas do Pronaf, o apoio à cadeia do leite (com o objetivo de melhorar a produtividade), o desenvolvimento da cultura de rações animais (cana-de-açúcar, mandioca), além de fornecer conselhos aos agricultores para implantar SAFs (com café, banana e castanha-do-pará, por exemplo) e os tanques de peixe. Porém, ressalta um dos técnicos entrevistados que “hoje três técnicos acompanham cerca de 300 famílias”.

Se todos os atores (institucionais e ambientais) encontrados durante esse estudo destacam a importância de criar as condições para a manutenção da agricultura familiar, fica evidente que as respostas são diferenciadas na avaliação das necessidades desses agricultores, assim como na compreensão da heterogeneidade dessa categoria social. Diferentes opções, ou trajetórias, estão assim incentivadas no município.

A agricultura familiar é alvo de uma política municipal mínima e falta planejamento integrado e diferenciado para apoiá-la, assim como a falta de recursos econômicos para desenvolver projetos é inegável. Basta olhar para o número de funcionários dedicados ao apoio da agricultura familiar. Um deles explica ainda: “o certo seria um técnico para 50 pessoas; hoje é um para 150-200 pessoas na Secretaria”.

Agricultura familiar periurbana em transição

▪ Uma agricultura familiar enfraquecida?

Os técnicos da SAMMA deploram a falta de recursos financeiros e humanos e a saída de jovens para a cidade: “os jovens nem sequer sabem o que é uma lavoura de arroz hoje”. Teria por consequência o envelhecimento da população nas comunidades rurais o que poderia levar a um processo de concentração de terras¹³ enfraquecendo a agricultura de pequena escala, uma preocupação em dobro com a questão da degradação das terras, especialmente ligadas à pecuária: “Muita gente vende o lote e vai para a cidade, [...] tem gente que comeu o dinheiro do rebanho e o capim está degradado”. A análise das entrevistas indica uma série de dificuldades:

✓ O difícil acesso ao crédito: os bancos não concedem crédito aos pequenos agricultores que não têm boas garantias de reembolso e alguns parecem não saber das oportunidades disponíveis para eles em termos de crédito;

✓ O acesso a serviços de saúde de qualidade: às vezes, a ambulância não serve à comunidade Cristo Rei, dada à má qualidade da rede rodoviária (estradas de terra). Além disso, muitos tratamentos não podem ser feitos em Juína (tratamento de câncer, várias operações cirúrgicas, etc.) o que obriga as pessoas a se deslocarem até a capital, Cuiabá;

✓ A falta de mercado prejudica a agricultura familiar: 26,8% dos entrevistados lamentam a falta de indústria agrícola na localidade. Além disso, embora muitos deles se tenham voltado para a criação de gado leiteiro, os preços do leite são baixos e existe um monopólio da Casterleite para a produção de derivados do leite;

✓ As alterações climáticas são uma questão emergente (ver item Problemáticas emergentes).

Assim, as três prioridades identificadas pelos entrevistados incluem a melhoria dos serviços de saúde, das estradas e o aprofundamento do apoio à agricultura familiar. No entanto, é necessário especificar o que se entende por “enfraquecimento” da agricultura familiar: seria do ponto de vista econômico

¹³ O termo utilizado pelo entrevistado era “fazendização”.

(renda, oportunidades), social (menos agricultores) ou estrutural (peso relativo dos agricultores do município e concorrência com outra categoria social)? Considerando-se as entrevistas, essa fraqueza seria ligada a fatores econômicos e, principalmente, à venda e mercado para produtos tradicionais (café, por exemplo). Porém, vale ressaltar que os resultados às vezes podem parecer um pouco contraditórios, pois apesar da instabilidade econômica constatada, nota-se uma melhoria geral na condição de vida¹⁴. Em qualquer caso, essa fraqueza deve ser qualificada com respeito a um número de elementos que levam a relativizá-la.

- Renda e equipamentos

A renda média das famílias pesquisadas é de quatro salários mínimos, ou seja, R\$ 2.800,00 para uma média de três pessoas por domicílio¹⁵; embora existam situações diferenciadas, no geral, entende-se que o nível de vida dos entrevistados é decente. De acordo com a entrevista, 34% das famílias ganham menos de três salários mínimos, 50% ganham entre três a seis e 16% ganham mais de seis salários mínimos. Essa melhoria pode ser verificada na taxa de equipamentos: 64% dos entrevistados têm uma moto e 41% possuem um carro. Além disso, 97% das moradias possuem uma geladeira e 42% um computador. A melhoria das condições de vida é significativa em comparação com o DURAMAZ 1, embora valha a pena recordar que, na pesquisa de 2015, foram entrevistadas apenas as pessoas que vivem próximas à cidade.

- Produção e autoconsumo

Dentro dos 74 entrevistados, 58 cultivam “alguma coisa” para a venda (de forma pontual ou ao longo de todo ano) e 16 moradias não vendem nada

¹⁴ Tem-se que notificar que os agricultores dão ênfase na melhoria das condições de vida de forma diferenciada, e que a base de referência deles, às vezes, varia entre um colono pioneiro e uma migração recente.

¹⁵ Vale ressaltar que essa informação corresponde às entradas de dinheiro da moradia, ou seja, a renda bruta, pois não foi pesquisado o valor das despesas.

(o que não significa que não produzem). A pecuária é a atividade mais popular (35 famílias): é duas vezes mais que as culturas anuais e quase três vezes mais que as culturas perenes e as espécies florestais.

No entanto, verificou-se que os entrevistados chegam a vender até 21 produtos diferentes, porém a média de venda é de cinco produtos, por exemplo, 26% produzem mandioca. Nota-se também que a fruticultura é bastante desenvolvida e diversificada, enquanto alimentos básicos são produzidos ou vendidos por um número muito limitado de agricultores. Por exemplo, apenas duas famílias (entre 74) produzem feijão.

TIPO E NÚMERO DE PRODUÇÕES	DETALHE DAS PRODUÇÕES ENCONTRADAS NAS DUAS COMUNIDADES
Produtos transformados (6)	Manteiga, queijo, polpa de fruta, artesanato, cachaça, mel.
Pecuária e seus derivados (8)	Peixe, carne bovina, frango, porco, equinos, caprinos, leite, ovo.
Culturas perenes e espécies florestais (19)	Jamelão, fruta-pão, ponkan, jambo, mamão, banana, cupuaçu, coco, laranja, guaraná, limão, cajá-manga, romã, jabuticaba, castanha-do-pará, guariroba, pupunha, café, amêndoa.
Culturas anuais (18)	Milho, feijão, mandioca, batata doce, abóbora, repolho, quiabo, salada, jiló, tomate, pepino, berinjela, cebola, melão, melancia, ervas aromáticas, chuchu, abacaxi.

Tabela 2: Detalhes das produções dos entrevistados.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

- Problemáticas emergentes
- Os jovens e a chácara

No geral, os representantes da faixa etária de 15 a 25 anos são ainda numerosos nas famílias. Dos 236 membros que compõem as moradias encontradas, 73 têm menos de 25 anos, ou seja 31%, e a maioria pretende ficar dentro do município (o que não quer dizer assumir a atividade dos pais ou morar na chácara). Juína se tornou o centro do ensino superior da região

norooeste nos últimos anos, com a abertura do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) que oferece, desde 2010, formações agrícolas e técnicas de ensino médio e formação superior em biologia, matemática e agronegócio. A Faculdade do Vale do Juruena (AJES), universidade privada da região, abriu em 2008 e oferece uma variedade ainda maior de cursos superiores: geografia, direito, educação física, administração, etc. Essa evolução é recente, na pesquisa de campo do DURAMAZ 1, em 2008, nenhum desses estabelecimentos havia sido aberto. Está prevista para 2017 a abertura de novos cursos de pós-graduação, além de uma formação em engenharia agrícola do IFMT, ou seja, a curto prazo não há “risco” dos jovens deixarem o município (apesar das primeiras turmas já terem se formado), porém a propensão dos jovens a seguirem estudos deveria acabar distanciando eles, no médio prazo, do meio rural.

- Novas relações entre a cidade e a zona rural

Dos entrevistados, 90% declaram ir ao menos uma vez por semana à cidade, 18% dentre eles declararam ir todos os dias e 58% várias vezes por semana. De fato, o estilo de vida da população rural parece ter mudado de forma notável, facilitado pela situação periurbana das populações encontradas. Os resultados mostram uma taxa elevada de funcionários em ambas as comunidades estudadas. De todos os membros das famílias encontradas, 25% têm uma atividade assalariada ou não agrícola na comunidade Cristo Rei, um percentual que sobe para 51% na comunidade Nova Jerusalém. O perfil mais frequentemente encontrado é o de vendedores, professores e funcionários de serrarias.

Além disso, a pesquisa mostra que uma nova fragmentação¹⁶ das propriedades está em curso na comunidade Nova Jerusalém, enquanto seu

¹⁶ Vale tomar cuidado aqui, pois a fragmentação pode ser legal (desmembramento que necessita um protocolo; no caso, cria-se nova matrícula) ou de fato ser objeto de uma decisão familiar (processo informal; a área continua sendo o bem do proprietário da terra). Os moradores encontrados tinham perfis diferenciados nesse caso. O que é interessante é entender a nova dinâmica em curso.

tamanho já é inferior ao da comunidade Cristo Rei (5 a 7,5 hectares em média na primeira contra 12,5 na segunda). Os filhos e filhas de agricultores estão de volta para a terra de seus pais, porém sem objetivo de retomar a atividade familiar, mas de se beneficiar da localização periférica da cidade (tranquila, pequena produção “para o gasto”, etc.).

Essa tendência é o resultado da expansão urbana e de uma atração recente da população urbana para o campo. Assim, a mobilidade da zona rural para a cidade vem aumentando¹⁷, enquanto que no sentido inverso essa tendência ainda é pequena. Além disso, a pressão fundiária está aumentando e os preços estão subindo nas comunidades, de acordo com os entrevistados: para cinco hectares de terra os preços poderiam ter sido multiplicados por cinco nos últimos três anos. Por essa razão, alguns comentam que “a comunidade toda está destinada a se tornar um bairro residencial nos próximos cinco ou seis anos”. O preço de um hectare em Nova Jerusalém hoje chega a valer R\$ 50.000,00.

A Figura 3 mostra essas novas tendências. Nota-se que a comunidade Nova Jerusalém é mais integrada à área urbana de Juína, pois a comunidade de Cristo Rei é separada da cidade pelo Rio Perdido e as vias de acesso são menos transitáveis. Além disso, o IFMT está localizado a sudeste de Nova Jerusalém e a estrada de terra que liga a cidade ao Instituto consta de um projeto de pavimentação: já há empreiteiras desenvolvendo projetos habitacionais nessa região, que deveria receber a expansão do núcleo urbano de Juína.

¹⁷ Alguns entrevistados ressaltaram a generalização da internet na cidade e o uso de celulares como fatores explicativos.

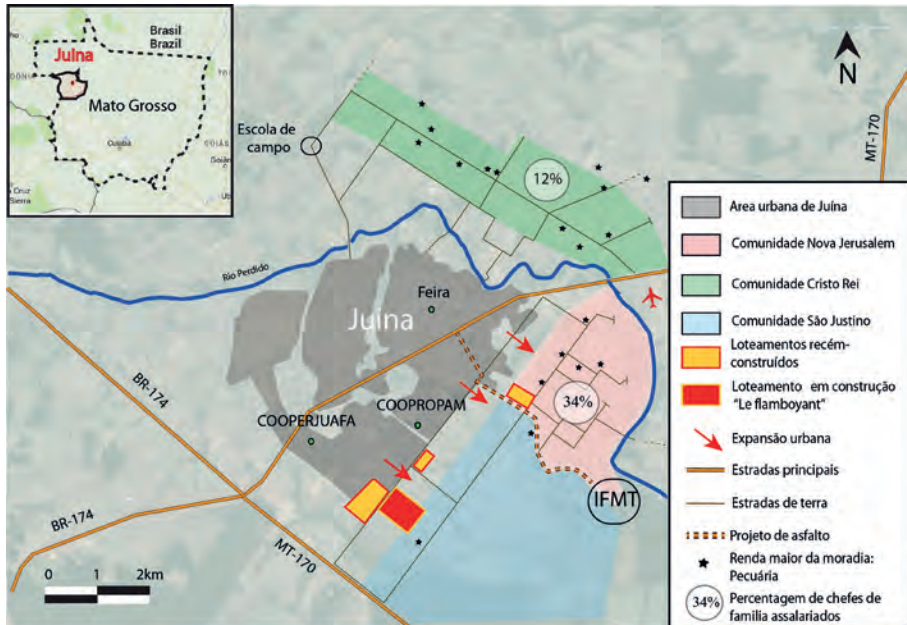


Figura 3: Mapa da expansão urbana de Juína.

Fonte: N. Godard, Projeto DURAMAZ, 2015.

Considera-se que para compreender a evolução da agricultura familiar nessas comunidades, é necessário levar em conta suas relações com a cidade. Frente às dificuldades de manter as atividades (muitas vezes relacionadas com a idade e outras vezes por razões econômicas), o habitante rural é atraído pelo urbano onde encontra emprego e lazer e, por vezes, acaba se mudando. As mobilidades estão aumentando e a cidade infiltra o estilo de vida de quem vive na zona rural criando assim uma relação de dependência. Não é mais apenas o local de venda da produção, torna-se o local de trabalho e o espaço de socialização (igreja, festas, etc.). Em paralelo a esta evolução, alguns moradores das cidades são também atraídos pelo habitat rural, especialmente localizado em comunidades próximas. No entanto, esse entrelaçamento de áreas rurais e urbanas, na prática, ainda não funciona como uma continuidade física do espaço construído.

- Percepção das mudanças climáticas

O aumento das temperaturas é o fenômeno climático que marca o maior número de entrevistados (60%). Além disso, eles acreditam que o ritmo de chuvas também mudou: 56% deles afirmam que as chuvas são mais curtas na estação chuvosa e 30,5% consideram que esses eventos são mais intensos. Quase um entrevistado a cada cinco destaca o ressurgimento de tempestades (ventos, chuvas e relâmpagos) no início e no final da estação. Em setembro de 2014, uma dessas tempestades resultou em danos materiais consideráveis no bairro do módulo cinco em Juína, marcando a memória coletiva, inclusive nas comunidades, pois alguns agricultores sofreram perdas de produção e outros tiveram de reparar suas estufas.

Finalmente, 23% dos entrevistados sublinham a imprevisibilidade do início e do final das estações, e quase um quarto dão ênfase na redução dos níveis de chuvas e dos rios. Quase a metade (44%) atribui a mudança ao desmatamento, embora seja necessário colocar esse valor em perspectiva, dadas as observações de alguns: “Dizem que é o desmatamento...”. Outros 18% declaram não ter percebido nenhuma mudança.

Diversidade e adaptação da agricultura familiar juinense

- Perfis diferenciados: agricultores, multiativos e meros residentes

Trabalhar sobre dados de renda e produção dos agricultores é um exercício bastante complexo. A variedade de atividades caracteriza a agricultura familiar e, muitas vezes, essas atividades, voltadas para a venda ou não, não são objetos de contabilidade e variam conforme a época. A literatura inclui diversas propostas de tipologia da agricultura familiar, muitas vezes baseadas em dados de produção. Por exemplo, Schneider e Cassol (2014, p. 244) classificam os agricultores familiares brasileiros em três grupos, a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE, e que podem ser adaptados para o caso de Juína:

✓ Um grupo de produtores especializados que dependem fortemente da renda agrícola. No nosso caso, eles são especializados na pecuária (leite ou corte) ou na horticultura (combinada muitas vezes com a fruticultura e as lavouras);

✓ Um grupo de famílias que possuem uma variedade de fontes de renda, incluindo renda agrícola (que não é a maior), mas para os quais os recursos provenientes de atividades não agrícolas e aposentadoria são significativos.

Nas comunidades pesquisadas em Juína, a aposentadoria tem desempenhado um papel importante na renda total dos agricultores; 46% das moradias pesquisadas recebem uma pensão agrícola. Além disso, no seio da propriedade novas atividades aparecem: exploração de pedras, costura para as escolas, bolos para alimentação escolar, fabricação de polpa de frutas. Atividades também estão crescendo fora da propriedade: muitas famílias possuem um de seus membros trabalhando na cidade. Assim, entre os entrevistados (chefes de famílias ou membros da família entrevistada), 36% da população ativa são empregados ou têm uma profissão não agrícola.

✓ Um grupo de famílias morando na área rural, mas para os quais a agricultura e a produção agrícola não são mais orientadas para a venda, mas para o próprio consumo ou vistas como lazer.

Todos produzem “algo” para seu próprio consumo. Eles mantêm, através de um pequeno jardim, algumas árvores frutíferas e algumas cabeças de gado, fazendo uma ligação com sua antiga atividade ou com as próprias raízes. Eles vivem da aposentadoria ou de um trabalho fora da propriedade.

Essa tipologia aplicada às comunidades pesquisadas permite operar uma primeira visualização da diversidade de perfis que compõem a agricultura familiar e identificar alguns tipos de trajetórias nas comunidades estudadas. Essas trajetórias se caracterizam por estratégias de adaptação, reação e oportunidade.

▪ Estratégia de adaptação às mudanças ambientais

Avalia-se aqui a adaptação com relação às mudanças ambientais percebidas pelos agricultores. No geral, cerca de 65% dos entrevistados consideram as mudanças climáticas significativas: se 37,8% deles não mudaram o seu sistema de produção; 29,7% abandonaram alguma cultura; 9,5% plantaram uma nova cultura e 4,1% mudaram a sua data de plantio.

Dois agricultores encontrados adotaram novas práticas para produzir mais. Um criou uma estufa para a sua horta (onde planta repolho, salada,

✓ Um grupo de famílias que possuem uma variedade de fontes de renda, incluindo renda agrícola (que não é a maior), mas para os quais os recursos provenientes de atividades não agrícolas e aposentadoria são significativos.

Nas comunidades pesquisadas em Juína, a aposentadoria tem desempenhado um papel importante na renda total dos agricultores; 46% das moradias pesquisadas recebem uma pensão agrícola. Além disso, no seio da propriedade novas atividades aparecem: exploração de pedras, costura para as escolas, bolos para alimentação escolar, fabricação de polpa de frutas. Atividades também estão crescendo fora da propriedade: muitas famílias possuem um de seus membros trabalhando na cidade. Assim, entre os entrevistados (chefes de famílias ou membros da família entrevistada), 36% da população ativa são empregados ou têm uma profissão não agrícola.

✓ Um grupo de famílias morando na área rural, mas para os quais a agricultura e a produção agrícola não são mais orientadas para a venda, mas para o próprio consumo ou vistas como lazer.

Todos produzem “algo” para seu próprio consumo. Eles mantêm, através de um pequeno jardim, algumas árvores frutíferas e algumas cabeças de gado, fazendo uma ligação com sua antiga atividade ou com as próprias raízes. Eles vivem da aposentadoria ou de um trabalho fora da propriedade.

Essa tipologia aplicada às comunidades pesquisadas permite operar uma primeira visualização da diversidade de perfis que compõem a agricultura familiar e identificar alguns tipos de trajetórias nas comunidades estudadas. Essas trajetórias se caracterizam por estratégias de adaptação, reação e oportunidade.

▪ Estratégia de adaptação às mudanças ambientais

Avalia-se aqui a adaptação com relação às mudanças ambientais percebidas pelos agricultores. No geral, cerca de 65% dos entrevistados consideram as mudanças climáticas significativas: se 37,8% deles não mudaram o seu sistema de produção; 29,7% abandonaram alguma cultura; 9,5% plantaram uma nova cultura e 4,1% mudaram a sua data de plantio.

Dois agricultores encontrados adotaram novas práticas para produzir mais. Um criou uma estufa para a sua horta (onde planta repolho, salada,

batata doce, abóbora, ervas, etc.) e passou a irrigar toda a sua área de produção (milho, mandioca, banana e outras produções de frutos). Esse investimento permitiu a ele ter uma produção ao longo do ano (a venda na feira é a atividade essencial da família), proteger as plantas do sol e controlar os efeitos das secas.

O outro, apicultor há 30 anos, explica: “Nos últimos anos tivemos dois anos de superprodução (2009 e 2014), mas nos outros só frustração”. O produtor explica que “episódios de chuvas repetidos durante a estação seca mantêm as abelhas nas colmeias, eles comem as suas reservas e a produção está perdida”. Confrontado com esse problema recorrente, ele escolheu desenvolver a comercialização do mel através de parcerias com outros apicultores da região para não ser “demais dependente do clima”. Candidatou-se também ao Pronaf para financiar uma casa de mel na sua propriedade e melhorar o seu produto. Por hora, conta com o suporte da AJOPAM para engarrafar o mel na própria associação.

▪ Adaptação à demanda

Temos visto que, historicamente, os agricultores pioneiros da região haviam desenvolvido em suas propriedades culturas perenes. Hoje, encontram-se poucas lavouras de café ou de cacau nas comunidades estudadas. Muitos entre eles se adaptaram às variações de preços, como foi o caso de dois agricultores encontrados.

Um desses agricultores, juntamente com seu filho, abandonou a criação de vaca leiteira e cavou dois tanques em sua propriedade de 12 hectares para se especializar na produção de peixes (tabatinga e pintado), o que gerou uma renda bruta de cerca de R\$ 34.000,00 no ano passado. Chama atenção aqui a adaptabilidade dos agricultores, pois conseguiram desenvolver essa atividade sem meio de transporte pessoal nem competência específica na piscicultura.

Outro caso é interessante, frente à queda do preço do café, um produtor decidiu abandonar uma área de SAF (com café e pupunha) para o pasto. Ele decidiu se concentrar nos seus três hectares de pomar (caju, acerola, cupuaçu, goiaba, laranja, romã e manga) e propor a sua produção de polpa de frutas à

prefeitura para servir a merenda escolar. Tornou-se então microempresário e agora entrega a cada semana cerca de 150 quilogramas de polpa para a SAMMA, que redistribui para as escolas locais. Essa atividade necessitou um investimento (permitido com a aposentadoria, segundo ele), em particular a compra de dois *freezers* para tornar rentável uma produção muitas vezes de difícil comercialização imediata, além de beneficiar quantidades superiores desses produtos. Hoje, esse agricultor declarou ganhar uma renda relativamente elevada e fixa (cerca de R\$ 1.000,00/mês), além das outras fontes de renda do casal (por exemplo, produziram 160 quilogramas de guaraná em 2014, venderam cinco bezeros, colheram 330 quilogramas de palmito, etc.).

▪ Aproveitar as oportunidades

Frente à política da SAMMA orientada para a cadeia do leite e da piscicultura, outro produtor tem pedido apoio e assistência à AJOPAM. Com 10,5 hectares, sendo três de pastagens e alguns outros de pomar, ele queria plantar um sistema agroflorestal baseado no cultivo do palmito (4000 pés) e da castanha-do-pará (50 pés). Seu objetivo é diversificar a produção (exclusivamente vendida na feira), assim como conseguir um melhor preço na venda para a COOPERJUAFA. Para tanto, ele precisou investir cerca de R\$ 2.000,00 na preparação do solo¹⁸, além de obter sementes doadas pela Prefeitura, algumas horas de trator e assistência técnica da COOPERJUAFA.

Com o objetivo de discutir e colocar em perspectiva a ideia da “fraqueza” da agricultura familiar em Juína, foi necessário identificar as várias “estratégias” dos agricultores. Muitos exemplos poderiam ainda reforçar a adaptação que se pretendia colocar, uma adaptação às mudanças estruturais e conjunturais (envelhecimento da população, queda dos preços agrícolas, saída dos jovens, degradação do solo, etc.). Não se deve, no entanto, ocultar as muitas dificuldades vividas por essas populações (em particular o acesso ao crédito e aos mercados), porém isso é provavelmente um sinal de um certo dinamismo da agricultura familiar que, ligada ao seu estilo de vida e à terra, procura caminhos para se manter.

¹⁸ Limpeza e correção da acidez.

Conclusão

O DURAMAZ I havia se interessado pelos beneficiários do Proambiente e apontado a falta de oportunidades e estruturada agricultura familiar. Se o papel da AJOPAM foi enfatizado no apoio aos agricultores, as dificuldades identificadas se confirmaram sete anos depois. Porém, os resultados da pesquisa permitiram contrastar uma visão um tanto alarmista da situação da agricultura familiar exposta em conversas preliminares à pesquisa.

O estudo reforçou a capacidade de adaptação dos agricultores familiares, porém ressaltou a importância de considerar a agricultura familiar em sua heterogeneidade (GUANZIROLI et al., 2012; BUAINAIN et al., 2003) à luz dos resultados.

Ressaltamos que as mudanças demográficas (as populações envelhecem e os jovens saem do campo), sociais e geracionais (novas aspirações dos jovens), bem como econômicas (aumento do nível da renda e melhoria das condições de vida) tiveram impacto no perfil das comunidades pesquisadas (embora de intensidade diferenciada) e se concretizaram da seguinte forma:

- ✓ Adoção de estilo de vida urbano com uma intensificação da circulação entre a periferia e o centro da cidade, causando uma espécie de dependência da cidade ou uma quase assimilação da periferia rural pela cidade;
- ✓ Novas formas de viver na zona rural, visíveis na divisão de propriedades rurais e as premissas (poucos casos) de uma forma de “urbanismo”;
- ✓ Generalização da pluriatividade e a diversificação das fontes de renda na moradia.

Essas mudanças, ainda que gerais, são resultados de iniciativas individuais; há quase nenhuma iniciativa coletiva fora a reunião semanal da igreja. Se a chácara continua a ser o local de moradia ou de reunião das famílias, as trajetórias de vida dos agricultores familiares se individualizaram para fora da propriedade, e os casais trabalham cada vez menos juntos. As atividades externas à produção agrícola tornaram-se comuns, mesmo no caso de propriedades produtivas.

No geral, as comunidades periféricas de Juína parecem ter perdido a sua função original de abastecimento da cidade. Embora alguns agricultores ainda

vendam no mercado local, muitos outros se dirigem à cidade para abastecer seu consumo de legumes e carnes.

Por fim, a sustentabilidade da agricultura, em pequena escala, deve ser olhada à luz das suas adaptações e transformações: desenhar trajetórias e estratégias diversas, condições da sua permanência.

PA Juína		
Área		
Região	Noroeste do estado de Mato Grosso.	
Estatuto legal	Projeto de Assentamento (PA).	
Vegetação	Floresta mesófila.	
Acesso	Estrada.	
Comunidade estudada	Cristo Rei, Nova Jerusalém e São Brás, periféricas à cidade.	
Atividades econômicas principais	Gado de corte e gado de leite.	
Aposta de sustentabilidade	Sistemas agroflorestais, práticas agroecológicas.	
Equipe de campo	Nicolas Godard, Marion Daugeard, Vincent Dubreuil.	
<i>Características do sítio</i>		
	DURAMAZ 1	DURAMAZ 2
Área desmatada	98.4 %	99.7 %
Moradias pesquisadas	119	74
Número médio de filho por família	2	3.27
<i>Condições de vida</i>		
Acesso à rede elétrica 24hs	78,2 %	100 %
Acesso à água encanada/tratada	0 %	0 %
Custo médio para ir à cidade (R\$ ida e volta)	1	2
<i>Renda e nível de vida</i>		
Renda média (salários mínimos)	2.32	4.42
Pessoas com meio de transporte motorizado	89.6 %	91.9 %
Pessoas com telefone celular	49.6 %	98.6 %
<i>Modo de vida</i>		
Pessoas que costumam caçar	0 %	0 %
Pessoas que costumam pescar	0 %	35.8 %

Tabela 3: Síntese dos indicadores para o sítio PA Juína.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

A definição espacial da chamada Amazônia Legal surge com a Lei nº 1.806, de 06.01.1953, que marca a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Mas é a partir da Lei nº 5.173 de 27.10.1966, que a Amazônia Legal passa a se impor como região de atuação político-administrativa de uma nova instituição de planejamento e promoção do desenvolvimento regional: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região, que possui área correspondente a 5.020.791 km² (cerca de 60% do território brasileiro), é composta por 772 municípios distribuídos ao longo de nove estados: Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Oeste do Maranhão. E, nesse contexto, é mais apropriado considerar a pluralidade e falarmos de amazônias brasileiras, como já abordado por vários autores – a exemplo de Maués (1999), Gonçalves (2001) e Canto (2012; 2016).



F.-M. Le Tourneau
Otávio do Canto

